

VISÃO DO CORREIO

Transparência é obrigação

O Ministério da Saúde ampliou o prazo de sigilo sobre seus estoques, numa clara falta de sintonia com a transparência que deveria prevalecer no setor público. O segredo, em vigor desde 2018, acabaria em 2023, mas a pasta chefiada por Marcelo Queiroga se antecipou sob a alegação de que os dados referentes à quantidade de medicamentos em poder do Sistema Único de Saúde (SUS) podem ser usados pela indústria farmacêutica para especular com os preços. Ou seja, ampliar seus ganhos em cima do governo ao cobrar valores mais altos para suprir o que está em falta ou em baixo volume.

Mais de 70% de todos remédios comercializados no país são arrematados pelo SUS. Ao impedir a sociedade de saber como está a gestão desses produtos, se estão vencendo ou não, o ministério abre caminho para a corrupção e o desperdício. Vale lembrar que, ao longo da pandemia do novo coronavírus, descobriu-se uma série de perdas com medicamentos, vacinas e testes, entre outras mercadorias. Não só se rasgou dinheiro público, como se deixou de atender a contento a população. Tudo foi parar no lixo, quando deveria ter abastecido os hospitais.

O termo de classificação estendendo o sigilo sobre os estoques do Ministério da Saúde foi assinado pelo general aposentado Ridauto Fernandes, diretor de logística da pasta. E vai na linha do que se tornou rotina no governo: carimbar como segredo de Estado informações básicas por até 100 anos. A lista inclui, por exemplo, o cartão corporativo da Presidência da República e até um processo aberto pelo Exército para investigar a má conduta do general Eduardo Pazuello. Caberá ao próximo governo acabar com essa aberração.

Chama a atenção o fato de a onda

de sigilos sobre informações que deveriam ser públicas ocorrer quando se comemora os 10 anos da Lei de Acesso à Informação (LAI), que foi aprovada pelo Congresso depois de uma década de debates. A burla à legislação se acentuou nos últimos três anos e meio, minando um importante pilar da estrutura da democracia, que é a transparência. Os cidadãos têm o direito de saber como estão sendo aplicados os recursos que eles pagam por meio de impostos. É dever de todos os governantes respeitar esse direito básico, não passar por cima dele.

É possível dizer que, com os retrocessos atuais, o quadro que se tem hoje é semelhante ao que se via antes da Lei de Acesso à Informação. Naquele período, era complicado saber como o Orçamento era gerido e como a sociedade estava sendo ludibriada. O mesmo se repete agora com o tal Orçamento secreto, em que, com o benelácito do Palácio do Planalto, deputados e senadores repartem bilhões em verbas públicas sem que a população tenha a menor noção do que está sendo feito. O descaso com a transparência é tanto, que o Congresso se recusa a informar os dados ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Não se espantem se, mais à frente, informações como os salários dos servidores forem retirados do Portal da Transparência, passando a ser tarjados como sigilosos. Ou que as autoridades sejam desobrigadas de darem luz às suas agendas. A intenção daqueles que defendem os retrocessos é justamente se manterem nas sombras, sem serem incomodados. Os grandes perdedores, como sempre, serão os que mais precisam do poder público, os que vivem em situação de vulnerabilidade, os invisíveis. Jamais verão a cor do dinheiro que deveria lhes dar dignidade.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Urna eletrônica

O presidente Bolsonaro insiste numa tese completamente estapafúrdia de que as urnas eletrônicas não são confiáveis. Antes, pediu voto impresso, quando percebeu que não iria colar, voltou a atacar não somente as urnas eletrônicas como o sistema eleitoral brasileiro. Um conjunto pelo qual ele e seus filhos foram eleitos diversas vezes de 1996 a 2018, sem que nunca, em tempo algum, tivessem reclamado de alguma fraude no sistema. Ele está com medo da derrota nas urnas em outubro de 2022, porque, se tivesse trabalhado e hoje pudesse oferecer aos eleitores um leque de obras e serviços realizados em sua gestão, com certeza não estaria falando bobagens das urnas e do sistema eleitoral. Desde que a reeleição foi adotada no país, raramente um governante deixou de se reeleger, exceto aqueles que fizeram um primeiro mandato péssimo. Os demais que ao menos trabalharam em prol da sua cidade, estado ou país conseguiram reeleger-se sem precisar de mentiras, de teses golpistas e de estratégias que lembram ditadores de republiquetas mundo afora.

» **Rafael Moia Filho**, Bauru (SP)

Redes sociais

Tem gente se incomodando com o ministro Alexandre de Moraes, do STF, alegando ter ele chamado a “população brasileira” que faz uso das redes sociais de “imbecis”. Menos, gente, menos! O ministro não generalizou. O que ele disse foi, nos termos exatos: “A internet deu voz aos imbecis”, o que é, aliás, verdadeiro — obviamente, não para todos os usuários de redes sociais. O ministro se refere a quem faz mau uso da liberdade de expressão, atentando até contra a democracia. Se há quem tenha se ofendido e vestido a carapuça, admitindo ser mesmo “imbecil”, fazendo tosa ironia, o problema está nessas pessoas e não no citado ministro que, de fato e com firmeza, tem se posicionado contra crimes mascarados como “liberdade de expressão”.

» **Marcos Paulino**, Vicente Pires

Inflação

Nos anos de 1980, o Banco Central enfrentava a inflação via controle da expansão da base monetária, o que se tornou inútil. Criou-se um teto para a expansão do crédito. Não adiantou. A inflação teimava em subir. Em 1983, no acordo que o governo selou com o Fundo Monetário Internacional (FMI), acirrou-se a ortodoxia. Mesmo cumprido, na maior parte, o acordo não abalou a inflação. O fracasso das recomendações do FMI reforçou a necessidade de uma estratégia para quebrar a inércia, a causa maior da inflação crescente. Havia

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Jair Bolsonaro roga a Deus ao dizer que não será preso quando deixar o governo. Mas ele sabe o que está fazendo de errado. Deus, certamente, não estará ao lado dele.

João Carlos Cedro — Lago Sul

Guedes diz que o governo vai cobrar das empresas que se beneficiaram dos cortes de impostos que repassem os ganhos para os consumidores. Alguém ainda acredita no ministro?

Sebastião Souto — Sobradinho

O PSDB está dando um tiro atrás do outro no pé e cava sua cova ao passar por cima de João Dória. Esses tucanos não se emendam.

Júlio Carvalhoes — Ceilândia

Simone Tebet é a única ilha de bom senso na tal terceira via. Pena que está num partido tão ruim, quanto o MDB, de histórico desabonador.

Pedro Fernandes — Lago Norte

duas opções: o congelamento ou a ideia genial de André Lara Resende e Pêrsio Árida, conhecida como Larida. Eles propunham uma unidade de conta para referenciar os preços. Curiosamente, o congelamento fazia sentido. Tinha dado certo em Israel. Era de fácil entendimento e gerava efeitos instantâneos. O congelamento de preços, em 1986, parou a corrosão dos salários, dando a sensação de ganhos de renda. Essa ideia amadureceu. Em 1994, nasceu com a unidade real de valor (URV), a base do sucesso do Plano Real. Seu êxito muito se deveu à maior abertura da economia. A oferta interna foi complementada por importações. A causa básica da inflação brasileira era a inércia inflacionária, e não o excesso de demanda.

» **Renato Mendes Prestes**, Águas Claras

Teto de gastos

O ex-presidente Lula afirmou, recentemente, que não haverá teto de gastos em seu governo. Não acredito que aplicará essa medida, se eleito for, pois Lula sabe diferenciar o que é o discurso populista que sempre fez e o que é a prática. Mas não se deve acreditar que revogar o teto de gastos é a solução. Uma digressão histórica-econômica é importante. O Brasil se acertou após o Plano Real e as políticas acertadas dos governos seguintes, inclusive com méritos do próprio Lula. A Lei de Responsabilidade Fiscal, dando respaldo à Constituição, foi um golaço do governo FHC e do Congresso Nacional em 2000. Nove anos depois, o Brasil crescia a taxas invejáveis, impulsionado pelo consumo e pelo crescimento da China. Até que veio Dilma Rousseff e a situação saiu dos trilhos. Sem arrecadação e com gastos altos, qualquer economia doméstica afunda e, para fechar a conta, em 2014, o governo Dilma começou a maquiagem das dívidas, levando a mandataria ao impeachment. Quando Temer e Meirelles assumiram, em 2016, propuseram limitar os gastos do governo por 20 anos a partir de 2017. Temer assumiu com uma inflação de 9,32% e, em 2018, já a reduziu para 2,76%, segundo dados do Portal G1. E aí vem o ponto nodal: o teto de gastos significa que não pode aumentar investimento em saúde e educação? A resposta é negativa, pois o que é vedado é apenas o descontrole: se quiser aumentar algum gasto, terá que diminuir outro, definindo prioridades. Por isso que, por exemplo, Bolsonaro agiu corretamente ao vetar a Lei Paulo Gustavo, que remetia bilhões à Cultura, cumprindo o art. 107 do ADCT. Assim, você pode até ser favorável à revogação dos limites de gastos das contas públicas, mas, depois, não reclame quando o litro da gasolina atingir R\$ 10, o supermercado estiver impraticável e o carro popular, a preço de conversível. A conta precisa fechar!

» **Ricardo Santoro**, Lago Sul



IRLAM ROCHA LIMA
irlam.rochabsb@gmail.com

Talento multifacetado

Entre os representantes da nova geração na cena artística brasileira, ninguém supera a preponderância conquistada por Gabriel Leone. Aos 28 anos, esse carioca da Tijuca, já há algum tempo tem sido visto nas mais diferentes produções, tanto na televisão quanto no cinema — sempre em papéis de destaque.

O *Eduardo e Mônica*, filme de René Sampaio sobre personagens de uma canção clássica da obra de Renato Russo, no qual Gabriel divide o protagonismo com Alice Braga — ao viverem um casal improvável —, contribuiu bastante para dar maior popularidade ao trabalho do ator.

Antes, ele já havia chamado a atenção por seus personagens em duas séries exibidas pela TV Globo: o garotão bon vivant de *Verdades Secretas*, exibida entre junho e setembro de 2015; e o jovem revolucionário, que lutava contra as arbitrariedades da ditadura militar, em *Os dias eram assim*, que foi ao ar de abril a junho de 2017.

Na mesma emissora, no intervalo dessas séries, o ator teve atuação

relevante como um agrônomo, líder de uma cooperativa de agricultores, na novela *Velho Chico*, de Luiz Fernando Carvalho. Mais recentemente, no folhetim *Um lugar ao sol*, ele era um sociólogo apaixonado por música. E não por acaso.

Embora não seja cantor profissional, Gabriel tem forte ligação com a música. No filme *Minha fama de mau*, sobre a trajetória de Erasmo Carlos, coube a ele dar vida a Roberto Carlos. Em breve começa a gravar uma outra série, na qual vai retratar na telinha a curta carreira do Secos & Molhados, tendo como base o livro *Primavera nos dentes*, de Miguel de Almeida. Ele tem conversado com Ney Matogrosso — seu personagem na história.

Ah, sim!, há dois anos, Gabriel Leone fez participação num show de Zé Renato e Cláudio Nucci no Teatro Ipanema, no Rio de Janeiro, interpretando o canção de Caetano Veloso. Estava lá e, pelos calorosos aplausos, percebeu que o público gostou do que ouviu. Ali ele mostrou mais uma faceta do seu talento.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e.VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Paulo Cesar Marques
Diretor de Comercialização e Marketing

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Diretor Financeiro

Plácido Fernandes Vieira e Vicente Nunes
Editores executivos

CORPORATIVO
Josemar Gimenez
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE — Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax: (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214.1211 - Fax: (61) 3214.2105 - Sucursal São Paulo: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar - Jardim Paulista - CEP: 01403-000 - São Paulo/SP Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associados@uaigiga.com.br. Sucursal Rio de Janeiro: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar - São Cristóvão - CEP: 20940-200 - Rio de Janeiro/RJ Tel: (21) 2963-1945; E-mail: sucursalrj@uaigiga.com.br. REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo — Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 - Barro Preto - CEP: 30.180-070 - Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiaabrazil.com.br. Região Sul - HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 508 - Menino Deus - CEP: 90.160-240 - Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hmr@hrmmultimedia.com.br. Regiões Nordeste e Centro Oeste - Goiânia: Êxito Representações - Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C/2, Jardim Planalto - CEP: 74333-140, Goiânia-GO - Telefones: 62 3085-4770 e 62 3912-6119. Brasília: SÁ Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D - 15º andar - Ed. Oscar Niemeyer - salas 1502/3 - CEP: 70.316-900 - Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. Região Norte - Meio e Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K - Ed Embassy Tower, salas 701/2 - CEP: 73.340-000 - Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.br.

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiários e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Notícias Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e DA Press, Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 3,00	R\$ 5,00

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em dinheiro terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

DA Press Multimídia
Atendimento personalizado para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568 / 0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

ASSINATURAS *

SEG a DOM
R\$ 837,27

360 EDIÇÕES
(promocional)

DA LOG
Agenciamento de Publicidade